



24 de junho de 2021
CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL (BASE 2016)
1º Trimestre de 2021

CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA MANTEVE-SE EM 0,1% DO PIB

A capacidade de financiamento da economia manteve-se em 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano acabado no 1º trimestre de 2021¹. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) diminuíram 0,9% e 0,7%, respetivamente, no ano acabado no 1º trimestre de 2021 (ambos reduziram-se 0,8% no trimestre anterior), tendo o PIB nominal diminuído 0,9% (variação de -1,0% no ano acabado no 4º trimestre de 2020).

No 1º trimestre de 2021, a capacidade de financiamento das Famílias² aumentou 1,0 pontos percentuais (p.p.), para 7,0% do PIB e a taxa de poupança fixou-se em 14,2% (12,8% no trimestre anterior), atingindo-se em ambos os casos os valores máximos nas atuais séries de Contas Nacionais, refletindo sobretudo a redução de 1,7% do consumo privado.

O saldo das Sociedades Não Financeiras foi menos negativo em 0,2 p.p. no 1º trimestre, fixando-se em -2,1% do PIB, traduzindo o aumento de 38,3% dos subsídios de exploração recebidos, que mais que compensou a redução de 1,2% do Valor Acrescentado Bruto (VAB). A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu 0,1 p.p. para 2,0% do PIB.

O défice do setor das Administrações Públicas (AP) aumentou 1,1 p.p. no ano terminado no 1º trimestre de 2021, representando uma necessidade de financiamento de 6,8% do PIB. Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 1º trimestre de 2021 atingiu -2 813,1 milhões de euros, -5,7% do PIB, o que compara com -1,2% no período homólogo.

Saldo externo da economia manteve-se ligeiramente positivo

Os resultados apresentados correspondem às estimativas preliminares para o 1º trimestre de 2021, período em que se verificou um novo confinamento geral, na sequência do agravamento da pandemia.

No 1º trimestre de 2021, a capacidade de financiamento da economia situou-se em 0,1% do PIB, tal como no trimestre anterior. O PIB nominal e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) diminuíram ambos 0,9%, enquanto o Rendimento Disponível Bruto (RDB) reduziu-se 0,7%.

O saldo dos rendimentos de propriedade com o Resto do Mundo manteve-se em -2,4% do PIB, com os rendimentos pagos e recebidos a diminuírem 1,6% e 4,2%, respetivamente.

¹ Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (para informação adicional, ver Nota Metodológica no final do destaque).

² As Famílias incluem as Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (ISFLSF).



A diminuição do RDB, conjugada com a redução de 0,9% da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), determinou um aumento de 0,1% da poupança bruta da economia (-0,6% no trimestre anterior). A poupança bruta da economia representou 18,2% do PIB no 1º trimestre de 2021, mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior.

A Formação Bruta de Capital (FBC) diminuiu 0,5%, o que permitiu, combinado com o já referido aumento da poupança, uma capacidade de financiamento ligeiramente positiva da economia portuguesa.

Figura 1. PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2ºT 2017	190 780	1,2	186 011	1,2	190 070	1,1
3ºT 2017	193 087	1,2	188 348	1,3	192 706	1,4
4ºT 2017	195 947	1,5	191 348	1,6	195 931	1,7
1ºT 2018	198 034	1,1	193 939	1,4	198 368	1,2
2ºT 2018	200 057	1,0	195 487	0,8	200 050	0,8
3ºT 2018	202 488	1,2	197 801	1,2	202 425	1,2
4ºT 2018	205 184	1,3	200 173	1,2	204 752	1,1
1ºT 2019	207 479	1,1	201 790	0,8	206 315	0,8
2ºT 2019	209 625	1,0	204 713	1,4	209 352	1,5
3ºT 2019	211 641	1,0	206 610	0,9	211 276	0,9
4ºT 2019	213 949	1,1	208 565	0,9	213 462	1,0
1ºT 2020	213 775	-0,1	208 579	0,0	213 793	0,2
2ºT 2020	206 760	-3,3	202 564	-2,9	207 583	-2,9
3ºT 2020	204 570	-1,1	200 973	-0,8	205 932	-0,8
4ºT 2020	202 440	-1,0	199 408	-0,8	204 276	-0,8
1ºT 2021	200 717	-0,9	197 682	-0,9	202 748	-0,7



Figura 2. Capacidade (+) / necessidade(-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

Ano acabado no trimestre	Sociedades Não Financeiras	Sociedades Financeiras	Administrações Públicas	Famílias	Total da economia
2ºT 2017	-0,7	4,2	-3,6	1,7	1,6
3ºT 2017	-1,2	4,3	-2,5	1,2	1,8
4ºT 2017	-1,2	4,1	-3,0	1,9	1,8
1ºT 2018	-1,5	2,0	-0,7	2,0	1,8
2ºT 2018	-1,6	2,3	-0,9	1,9	1,7
3ºT 2018	-2,4	2,3	0,0	1,8	1,7
4ºT 2018	-2,4	2,2	-0,3	1,8	1,2
1ºT 2019	-3,0	2,4	-0,1	1,4	0,7
2ºT 2019	-3,4	2,7	0,0	1,6	0,9
3ºT 2019	-3,3	2,6	-0,2	1,6	0,7
4ºT 2019	-3,2	2,6	0,1	1,5	1,0
1ºT 2020	-3,2	2,4	-0,2	2,1	1,2
2ºT 2020	-3,5	2,2	-1,9	4,2	1,0
3ºT 2020	-2,3	2,1	-4,2	4,5	0,1
4ºT 2020	-2,3	2,1	-5,7	6,0	0,1
1ºT 2021	-2,1	2,0	-6,8	7,0	0,1

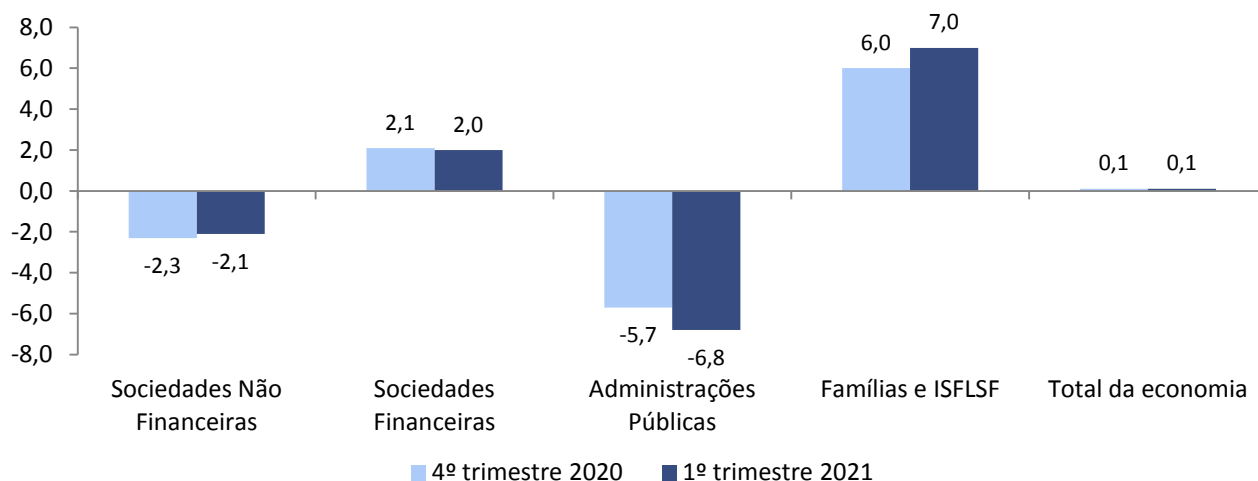
A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras (SNF) atingiu 2,1% do PIB no 1º trimestre de 2021, menos 0,2 p.p. do que no trimestre anterior. A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu ligeiramente para 2,0% do PIB.

Em consequência dos aumentos da despesa e da receita em 2,3% e 0,1%, respetivamente, o setor das AP apresentou um défice de 6,8% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2021, agravando em 1,1 p.p. o saldo apurado no trimestre anterior.

Em sentido contrário, a capacidade de financiamento das Famílias aumentou 1,0 p.p., para 7,0% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2021.



Figura 3. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)



Famílias: capacidade de financiamento situou-se em 7,0% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 7,0% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2021, mais 1,0 p.p. que no trimestre anterior, refletindo sobretudo o aumento da poupança bruta em 11,1%.

Com efeito, a taxa de poupança das Famílias atingiu 14,2% do rendimento disponível, o que correspondeu ao valor máximo registado na atual série trimestral das contas nacionais. Este resultado foi consequência da redução de 1,7% da despesa de consumo (variação de -1,5% no trimestre anterior), que mais do que compensou a ligeira diminuição de 0,1% do rendimento disponível.

A figura 5 apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível (RD) das Famílias. As remunerações e prestações sociais contribuíram em 0,2 e 0,1 p.p., respetivamente; as outras transferências correntes contribuíram em -0,2 p.p.; e, o saldo positivo dos rendimentos de propriedade registou uma ligeira redução que se traduziu num contributo de -0,1 p.p. para a variação do RD. Refira-se que, em Contas Nacionais, as moratórias relativas ao pagamento de juros de empréstimos concedidas pelo setor das sociedades financeiras não têm impacto no saldo de rendimentos de propriedade, uma vez que o SEC 2010 determina o registo destes fluxos no momento devido, mesmo que não tenham sido efetivamente pagos.

O investimento, que corresponde essencialmente a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em construção pelas Famílias, registou uma taxa de variação de 1,3% no 1º trimestre de 2021 (0,6% no trimestre anterior).



DIÁSTASQUE

Figura 4. Taxa de poupança das Famílias (%; ano acabado no trimestre)

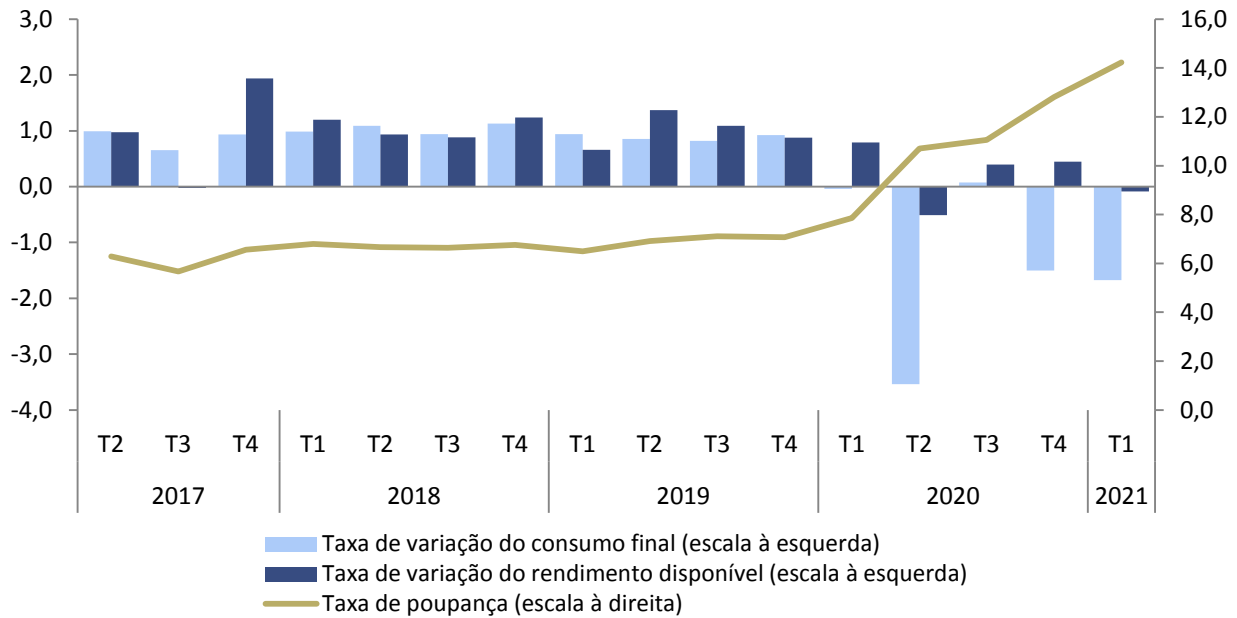
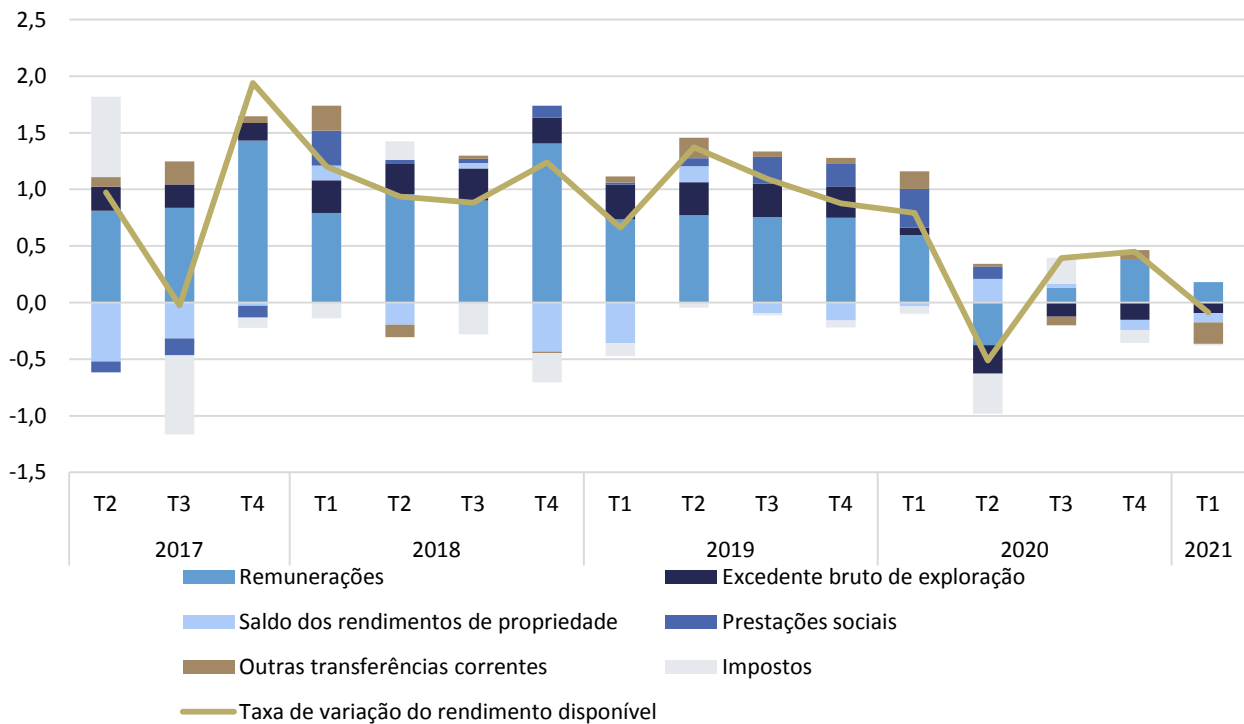


Figura 5. Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias (p.p., ano acabado no trimestre)





O RDB das Famílias ajustado *per capita* fixou-se em 16,5 mil euros no ano terminado no 1º trimestre de 2021, o que representou um aumento de 0,1% face ao trimestre anterior, enquanto o PIB nominal *per capita* diminuiu 0,8% no mesmo período.

Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, participações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 2,1% do PIB

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras diminuiu 0,2 p.p., fixando-se em 2,1% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2021.

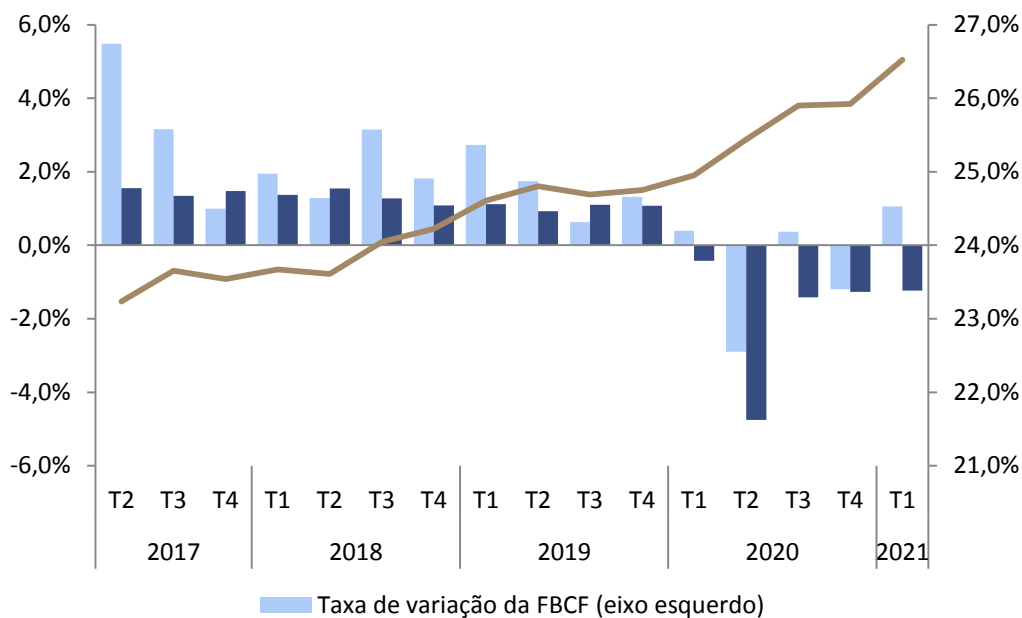
O VAB do setor registou uma diminuição de 1,2% no 1º trimestre de 2021, enquanto as remunerações pagas não variaram face ao trimestre anterior. O Excedente Bruto de Exploração aumentou 0,2%, refletindo o significativo aumento de 38,3% dos subsídios recebidos. O aumento destes subsídios de exploração deveu-se sobretudo aos pagamentos efetuados pelas AP no contexto do regime especial de *layoff* e de regimes de apoio extraordinário à retoma da atividade.

A taxa de margem operacional do setor fixou-se em 22,3% (mais 0,4 p.p. que no trimestre anterior). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

O aumento de 1,1% da FBCF, conjugado com a referida redução do VAB, determinou uma taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) de 26,5%, mais 0,6 p.p. que no trimestre anterior. Em sentido oposto, as existências das empresas diminuíram, contribuindo para a redução da necessidade de financiamento deste setor no 1º trimestre de 2021.



Figura 6. FBCF/VAB das Sociedades Não Financeiras (%; ano acabado no trimestre)



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento fixou-se em 2,0% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras fixou-se em 2,0% do PIB (2,1% no trimestre anterior).

O VAB do setor aumentou 0,7%, sendo mais que compensado pela redução do saldo positivo dos rendimentos de propriedade, com os rendimentos recebidos e pagos a registarem taxas de variação de -1,4% e -0,2%, respetivamente. A poupança corrente registou uma diminuição de 1,1% no 1º trimestre de 2021.

Administrações Públicas: défice aumentou 1,1 p.p. para 6,8% do PIB

O saldo do setor das AP reduziu-se em 1,1 p.p. no ano terminado no 1º trimestre de 2021, representando uma necessidade de financiamento de 6,8% do PIB. Esta redução foi determinada pelo maior aumento da despesa (2,3%) que o aumento da receita (0,1%).

As figuras 7 e 8 apresentam a receita e despesa no ano acabado no trimestre, em valor e em taxa de variação.



Figura 7. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas (ano acabado no trimestre)

Unidade: 10⁶ EUR

	2020T1	2020T2	2020T3	2020T4	2021T1
Receita total	91 284,6	89 334,7	86 818,4	86 586,6	86 647,0
Receita corrente	90 565,0	88 595,5	86 037,0	85 776,1	85 831,4
Impostos sobre o rendimento e património	20 877,3	21 285,2	19 791,0	20 081,0	20 045,0
Impostos sobre a produção e importação	31 961,2	30 490,8	29 775,2	29 157,1	28 536,5
Contribuições sociais	25 517,8	25 418,0	25 526,5	25 566,4	25 789,0
Vendas	7 338,7	6 892,6	6 693,4	6 562,3	6 440,8
Outra receita corrente	4 870,1	4 509,0	4 251,0	4 409,2	5 020,1
Receita de capital	719,6	739,2	781,4	810,5	815,6
Despesa total	91 661,4	93 298,3	95 388,1	98 087,7	100 374,3
Despesa corrente	85 251,6	86 754,3	87 742,7	89 732,8	92 070,7
Prestações sociais	39 064,2	39 261,7	39 604,8	40 111,4	40 544,4
Despesas com pessoal	23 171,3	23 301,7	23 538,7	23 743,7	23 978,6
Juros	6 167,6	6 044,7	5 904,4	5 786,3	5 693,5
Consumo intermédio	11 302,7	11 260,8	11 156,3	11 306,5	11 515,2
Subsídios	872,1	2 065,1	2 854,8	3 596,4	4 946,1
Outra despesa corrente	4 673,7	4 820,3	4 683,7	5 188,4	5 392,8
Despesa de capital	6 409,8	6 544,0	7 645,4	8 354,9	8 303,6
Investimento ⁽¹⁾	3 937,4	4 165,0	4 216,9	4 521,2	4 582,7
Outra despesa de capital	2 472,4	2 379,0	3 428,5	3 833,7	3 720,9
Saldo corrente	5 313,4	1 841,3	-1 705,7	-3 956,7	-6 239,3
Saldo total	-376,8	-3 963,6	-8 569,7	-11 501,1	-13 727,4
Por Memória:					
Despesa corrente primária	79 084,0	80 709,6	81 838,3	83 946,5	86 377,1
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	213 775,2	206 760,2	204 570,5	202 440,5	200 717,5
Saldo em % do PIB	-0,2%	-1,9%	-4,2%	-5,7%	-6,8%

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A despesa corrente aumentou 2,6% e a despesa de capital diminuiu 0,6%. Todas as componentes da despesa corrente aumentaram no período, com a exceção dos encargos com juros, que diminuíram 1,6%, tendo as despesas com subsídios registado o maior aumento (37,5%), refletindo o pagamento de apoios no âmbito do regime especial de *layoff* e de regimes de apoio extraordinário à retoma da atividade no contexto da pandemia COVID-19. A diminuição da despesa de capital resultou do efeito combinado de aumento do investimento em 1,4% e de redução da outra despesa de capital em 2,9%.



Figura 8. Taxas de variação da Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas (%; ano acabado no trimestre)

	2020T1	2020T2	2020T3	2020T4	2021T1
Receita total	0,1	-2,1	-2,8	-0,3	0,1
Receita corrente	0,1	-2,2	-2,9	-0,3	0,1
Impostos sobre o rendimento e património	0,1	2,0	-7,0	1,5	-0,2
Impostos sobre a produção e importação	-0,3	-4,6	-2,3	-2,1	-2,1
Contribuições sociais	1,0	-0,4	0,4	0,2	0,9
Vendas	-1,2	-6,1	-2,9	-2,0	-1,9
Outra receita corrente	-0,0	-7,4	-5,7	3,7	13,9
Receita de capital	6,5	2,7	5,7	3,7	0,6
Despesa total	0,7	1,8	2,2	2,8	2,3
Despesa corrente	0,6	1,8	1,1	2,3	2,6
Prestações sociais	0,8	0,5	0,9	1,3	1,1
Despesas com pessoal	1,2	0,6	1,0	0,9	1,0
Juros	-2,6	-2,0	-2,3	-2,0	-1,6
Consumo intermédio	1,4	-0,4	-0,9	1,3	1,8
Subsídios	2,3	136,8	38,2	26,0	37,5
Outra despesa corrente	-1,6	3,1	-2,8	10,8	3,9
Despesa de capital	2,5	2,1	16,8	9,3	-0,6
Investimento ⁽¹⁾	1,3	5,8	1,2	7,2	1,4
Outra despesa de capital	4,6	-3,8	44,1	11,8	-2,9

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A receita total registou um aumento de 0,1% no ano terminado no 1º trimestre de 2021, devido aos aumentos da receita corrente e da receita de capital, de 0,1% e 0,6% respetivamente. O comportamento da receita corrente resultou do efeito combinado das diminuições de 0,2%, 2,1% e 1,9% dos impostos sobre o rendimento e património, dos impostos sobre a produção e importação e das vendas, respetivamente, e dos aumentos das contribuições sociais, em 0,9%, e da outra receita corrente, em 13,9%. O aumento da outra receita corrente está relacionado com a utilização de fundos da União Europeia para financiamento da despesa incorrida no combate à pandemia COVID-19, verificando-se a neutralidade no respetivo saldo.

A figura 9 apresenta os valores da receita e da despesa do setor das AP e respetiva percentagem do PIB para os primeiros trimestres de 2020 e 2021.



Figura 9. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas

	1º trimestre de 2020		1º trimestre de 2021		Variação em valor (%)
	10 ⁶ EUR	% PIB	10 ⁶ EUR	% PIB	
Receita total	19 899,3	39,1	19 959,6	39,2	0,3
Receita corrente	19 745,2	38,8	19 800,5	38,9	0,3
Impostos sobre o rendimento e património	3 972,9	7,8	3 936,9	7,7	-0,9
Impostos sobre a produção e importação	7 393,6	14,5	6 773,0	13,3	-8,4
Contribuições sociais	5 849,0	11,5	6 071,6	11,9	3,8
Vendas	1 656,7	3,3	1 535,2	3,0	-7,3
Outra receita corrente	872,9	1,7	1 483,9	2,9	70,0
Receita de capital	154,1	0,3	159,1	0,3	3,3
Despesa total	20 486,1	40,3	22 772,7	44,8	11,2
Despesa corrente	19 436,3	38,2	21 774,1	42,8	12,0
Prestações sociais	8 836,1	17,4	9 269,1	18,2	4,9
Despesas com pessoal	5 257,4	10,3	5 492,3	10,8	4,5
Juros	1 421,5	2,8	1 328,8	2,6	-6,5
Consumo intermédio	2 477,7	4,9	2 686,4	5,3	8,4
Subsídios	190,5	0,4	1 540,2	3,0	708,5
Outra despesa corrente	1 253,0	2,5	1 457,4	2,9	16,3
Despesa de capital	1 049,8	2,1	998,5	2,0	-4,9
Investimento ⁽¹⁾	760,8	1,5	822,3	1,6	8,1
Outra despesa de capital	289,0	0,6	176,2	0,3	-39,0
Saldo corrente	308,9	0,6	-1 973,6	-3,9	
Saldo total	-586,8	-1,2	-2 813,1	-5,7	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 1º trimestre de 2021 atingiu -2 813,1 milhões de euros, correspondentes a -5,7% do PIB, o que compara com -1,2% no período homólogo. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 11,2% da despesa total, enquanto a receita total variou apenas 0,3%.

No lado da despesa, registou-se um crescimento de 12,0% da despesa corrente, refletindo o impacto de medidas excecionais de apoio à atividade económica no contexto da pandemia COVID-19. Esta variação foi o resultado de acréscimos nas prestações sociais (4,9%), nas despesas com pessoal (4,5%), no consumo intermédio (8,4%), nos subsídios pagos (708,5%) e na outra despesa corrente (16,3%). Apenas os encargos com juros apresentaram uma diminuição de 6,5%. A despesa de capital diminuiu em 4,9%, traduzindo o incremento de 8,1% no investimento e a diminuição de 39,0% na outra despesa de capital.

O comportamento da receita corrente deveu-se a diminuições nos impostos sobre o rendimento e património, nos impostos sobre a produção e importação e nas vendas, de 0,9%, 8,4% e 7,3%, respetivamente, e a aumentos nas contribuições sociais, em 3,8% e na outra receita corrente, em 70%. A receita de capital registou um aumento de 3,3%.



A figura 10 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional.

Figura 10. Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ EUR	
	2020T1	2021T1
Saldo em contabilidade pública:	5,7	-2 560,8
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	572,3	-34,2
Diferença entre juros pagos e devidos	259,9	277,7
Outros valores a receber:	-1 422,2	-638,3
Ajust. temporal de impostos e contribuições	-1 212,0	-473,6
Outros	-210,2	-164,7
Outros valores a pagar:	204,1	178,0
Encargos assumidos e não pagos	-104,5	-109,2
Outros	308,6	287,1
Outros ajustamentos:	-206,6	-35,4
dos quais:		
Injeções de capital e assunção de dívidas	-678,3	-457,4
Saldo em contabilidade nacional:	-586,8	-2 813,1
PIB ⁽¹⁾	50 853,6	49 130,6
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-1,2%	-5,7%

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

Comparando o 1º trimestre de 2021 com o período homólogo, verifica-se uma diminuição significativa em ambos os saldos. O valor das injeções de capital e assunção de dívidas foi, na sua totalidade, destinado a entidades do setor das AP, não afetando, por motivo de consolidação, o saldo deste setor. As restantes diferenças entre estas duas óticas estão associadas à delimitação setorial do setor das AP e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições.

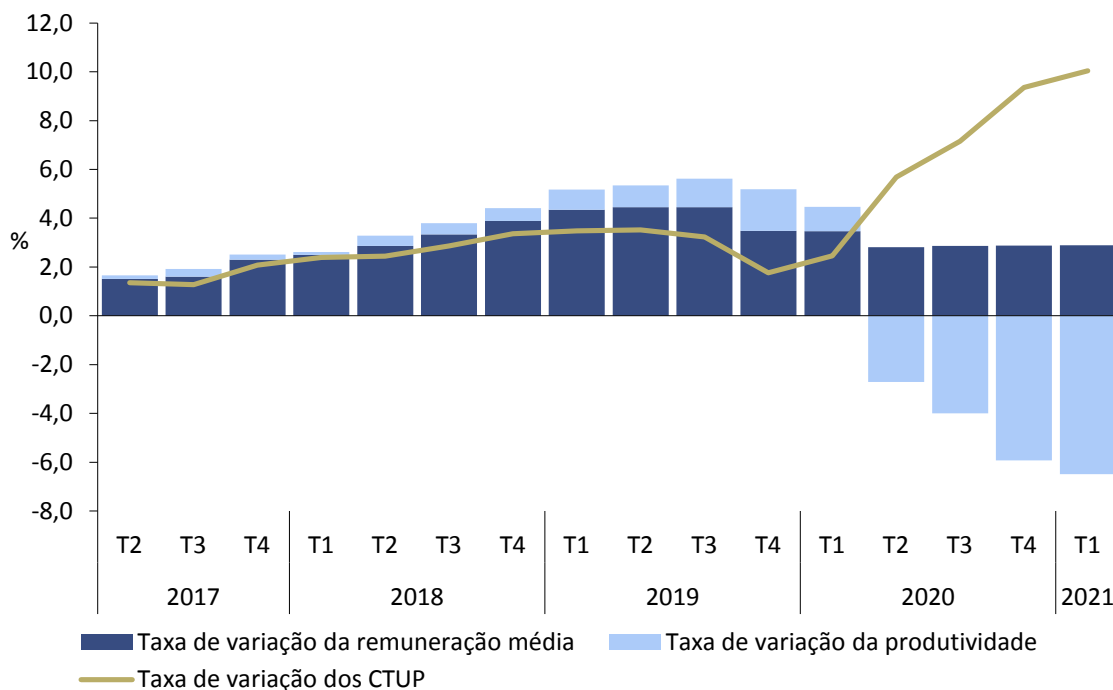
Recorde-se que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional, incluem um ajustamento temporal que visa aproximar o período de registo da receita ao período em que se gerou a obrigação de pagamento. Adicionalmente, tal como referido nas anteriores publicações, devido às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições sociais tomadas no contexto da pandemia COVID-19, foi feito um ajustamento na receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento. Para o primeiro trimestre de 2021 este ajustamento traduziu-se numa redução da receita fiscal em cerca de 29 milhões de euros face aos dados da contabilidade pública, referentes às medidas de prorrogação de pagamento do IVA, do IRS e do IRC, refletindo o efeito conjugado das prorrogações implementadas em 2020 e com pagamentos em 2021 e as prorrogações implementadas em 2021 cujos pagamentos serão feitos ao longo dos próximos meses.



Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 10,0%

No ano acabado no 1º trimestre de 2021, os CTUP registaram um aumento de 10,0% em termos homólogos, que compara com uma taxa de variação de 9,4% no trimestre anterior. A aceleração dos CTUP no 1º trimestre deveu-se ao efeito conjugado do aumento da remuneração média e da redução da produtividade, aferida pelo rácio entre o PIB e o número de trabalhadores. Importa referir que esta evolução não traduz a exata medida do comportamento destes custos na perspetiva das empresas, pois parte dos salários pagos foram financiados pelo setor das AP, no âmbito das políticas públicas destinadas a apoiar o emprego e ao rendimento no contexto pandémico.

Figura 11. Taxa de variação dos CTUP (%; ano acabado no trimestre)





NOTA METODOLÓGICA

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) para o 1º trimestre de 2021, período em que se verificou um novo confinamento geral, na sequência do agravamento da pandemia.

Para uma melhor leitura dos resultados deve-se ter presente que, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por estes serem ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional.

Além dos quadros anexos a este destaque, informação adicional está disponível no Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais&xlang=pt

Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora apresentados têm uma natureza preliminar, incorporando nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados.

São de destacar a integração das versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal, bem como a informação mais recente das estatísticas do comércio internacional de bens (versão preliminar de abril de 2021) e de dados atualizados sobre o setor das AP. Em consequência da informação adicional apropriada após a publicação de 31 de maio, também as contas trimestrais para o conjunto da economia foram revistas, assegurando-se assim a total consistência dos agregados de contabilidade nacional disponibilizados no Portal do INE. Face às estimativas anteriores, os novos resultados determinaram uma revisão em alta de 0,1 p.p. da taxa de variação homóloga e em cadeia do PIB nominal e em volume no 1º trimestre de 2021.

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os



encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública, mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição, por entidades das AP, de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes

SIGLAS E DESIGNAÇÕES

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento: A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final: O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP): Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF): A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento): A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível: Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB): O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos



sobre a produção e importação líquidas de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade: Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança: A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB): O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional: O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Os setores institucionais são os seguintes: Sociedades Não Financeiras (S.11); Sociedades Financeiras (S.12); Administrações Públicas (S.13); Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF)(S.1M); Resto do Mundo (S.2).

Taxa de investimento: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias: A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Data do próximo destaque das Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 23 de setembro de 2021
